



NEGROS E NEGRAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

construindo políticas públicas para avançar
na igualdade de direitos

Negros e Negras Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT):

construindo políticas públicas
para avançar na igualdade de direitos

Distribuição e Informação:

Presidência da República

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir/PR

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º andar

CEP.: 70.054-906 – Brasília – Distrito Federal

Telefone: 61 2025-7079

www.seppir.gov.br

<http://twitter.com/SEPPIR>

<http://facebook.com/seppir.presidencia>

Presidenta da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Vice-Presidente

Michel Temer

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiza Bairros

Coordenação:

SPAA - Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas - Seppir/PR

Negros e Negras Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT):
construindo políticas públicas para avançar na
igualdade de direitos

APRESENTAÇÃO

Num momento em que diversos órgãos governamentais buscam avançar na garantia dos direitos e na construção de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em suas respectivas áreas de competência, a SEPPIR se engaja nesse esforço criando as condições necessárias em âmbito interno para que a pauta LGBT, legitimamente reivindicada por negras e negros pertencentes a esta parcela da população, possa ser incorporada ao conjunto das ações deste Ministério.

Um primeiro passo nesse sentido refere-se à diretriz assumida pela SEPPIR de se apropriar da temática, nos limites de sua competência e de suas atribuições, de forma a direcionar melhor sua atuação nessa área.

Entre as ações desencadeadas, podemos citar a promoção de debates internos, reuniões e oficinas sobre o tema com membros da equipe técnica, bem como a articulação com outros órgãos do governo federal. Destaca-se também a intensificação da participação no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, onde a SEPPIR tem assento desde 2010, assim como a ampliação do diálogo com organizações da sociedade civil.

Ainda há muito a ser feito, especialmente se considerarmos a urgência com que políticas de enfrentamento ao racismo e à homofobia, à lesbofobia e à transfobia devem ser adotadas.

Esta publicação é mais um passo nesse processo e visa colaborar para a formulação e implementação de políticas que contribuam para o pleno exercício da cidadania por negras e negros LGBT no Brasil.



Um convite à reflexão: “O que significa ser Negra(o) LGBT no Brasil hoje?”

O debate sobre a intersecção das discriminações baseadas no pertencimento racial, na orientação sexual e nas identidades de gênero ainda está em construção no conjunto da sociedade brasileira e também nos órgãos governamentais responsáveis por políticas públicas. Trazemos aqui alguns elementos e questões que consideramos essenciais para o avanço dessas discussões, com vistas à superação das desigualdades que atingem cidadãs e cidadãos LGBT no Brasil hoje, especialmente negras e negros pertencentes a este segmento.

Este debate tem sido impulsionado nos últimos anos pelo fortalecimento dos atores políticos dos movimentos sociais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Para além de demandar políticas públicas, estes segmentos se organizam, lutam por seus direitos e pela cidadania plena.

Ser negra ou negro LGBT é mais que a junção de orientação afetivossexual e identidades de gênero e raça. É uma “atitude de vida”, uma “proposta política transformadora”, que precisa ser reconhecida por todas as pessoas e garantida também para todas as pessoas, enquanto um direito. A diversidade que nos humaniza não pode mais ser utilizada para geração de desigualdades, opressões e subalternidades.

Negras e negros LGBT vêm abrindo caminhos com suas lutas, dando visibilidade às contradições nas relações sociais e assumindo rupturas com as normas e prescrições da heteronormatividade eurocêntrica. Por viverem sua sexualidade de forma autodeterminada, diferente do “comum”, foram estigmatizados historicamente e ainda são invisibilizados socialmente, expropriados de seus direitos e violados no cotidiano das mais diversas formas; ainda assim, permanecem resistindo e lutando por sua dignidade.

Sua “simples” presença incomoda, pois seus corpos evidenciam a materialização da ousadia de apontar e enfrentar as inconsistências de um sistema de múltiplas opressões. Desafiam, ao mesmo tempo, os discursos e normas historicamente construídos sobre as sexualidades, a identidade racial, as identidades de gênero e as relações de poder.

Marginalizados ou expulsos da família, da escola e de outros espaços de socialização e convivência, negros e negras LGBT são sistematicamente condenados ao mal atendimento nos serviços de saúde, ao desemprego, ao subemprego, à patologização/medicalização, à humilhação pública, à criminalização e à violência psicológica e física, que se traduzem hoje nos altos índices de agressões e assassinatos de homossexuais, travestis e transexuais no Brasil.

Para Ratts (2006), o racismo é uma experiência que retira o sujeito de si mesmo, anulando-o em vida. Já a homofobia, segundo definição apresentada no site do Grupo Gay da Bahia, é um termo “para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos homossexuais e todos os aspectos do preconceito heterossexista e da discriminação anti-homossexual”. Para entender como esses conceitos adquirem vida própria, passando a afetar todas as relações sociais, é relevante recorrermos à formulação de Moore (2007), segundo a qual certo tipo de representações simbólicas escapam de seus criadores após terem sido elaboradas, tratando-se de formas de consciência determinadas historicamente e conseqüentemente, desprovidas de sua própria memória, subjogando aqueles que as criaram. “O racismo e a homofobia, conclui Moore, são exemplos de formas irredutíveis de consciência determinadas pela história”.

É importante ressaltar que não pretendemos hierarquizar as discriminações, mas visibilizar a existência de especificidades geradas pelas múltiplas intersecções, justaposições e articulações possíveis entre diferentes marcadores. Tais intersecções podem modificar, invisibilizar, naturalizar e/ou intensificar a ex-

²“Habitus” - faz referência à lei social incorporada, disposições para sentir, pensar e agir (BOURDIEU, 2003). “Óbitos” - faz referência a violência letal que vitima pessoas negras jovens, apontada pelo Mapa da Violência 2011 (WAISELFISZ, 2011) e pelo Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008 (PAIXÃO e CARVANO, 2008).

periência de opressão e violência vivida pelos diferentes sujeitos nos diferentes contextos.

Racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia articulados, compõem um violento sistema de subordinação, inferiorização, ódio e violência contra pessoas negras LGBT. Tal sistema configura “habitus e órbitos”², na medida em que organiza modos diferentes, dinâmicos e complementares de regulação para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.



Visões sobre Homossexualidade na história recente

Entre 1948 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a homossexualidade como um transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, a assembléia geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da Classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”.

A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas em 1993. Com isso, marcou-se o fim de um ciclo de 2000 anos em que a cultura judaico-cristã encarou a homossexualidade primeiro como pecado, depois como crime e, por último, como doença.

Apesar deste reconhecimento da homossexualidade como mais uma manifestação da diversidade sexual, as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) ainda sofrem cotidianamente as conseqüências da homofobia, que pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais: pessoas que têm atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo.

A homofobia se manifesta de diversas maneiras, e em sua forma mais grave resulta em ações de violência verbal e física, podendo levar até ao assassinato de LGBT.

A homofobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação contra pessoas LGBT, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem esse segmento.

Fonte: Site da ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (www.abgl.org.br).

Dados das Desigualdades

Segundo Carrara e Vianna (2001), existem diferentes cenários da violência letal contra a população LGBT. A análise da identidade sócio-sexual em registros de óbitos do Rio de Janeiro, a partir de um levantamento sistemático de referências na imprensa entre 1970 a 1990, revela que os gays representaram 48% das vítimas, travestis (23%), heterossexuais (1%) e sem informação (28%). Enquanto as lésbicas são invisibilizadas, os gays tendem a ser vitimados em casa e as travestis tendem a ser vitimadas nas ruas.

As travestis negras com até 35 anos (40%), são as maiores vítimas da violência letal por arma de fogo e com requinte de crueldade. Em outro estudo (Carrara e Vianna, 2006, p. 235), os autores reiteram que “De modo geral, os dados revelaram que o tipo de violência letal que incide sobre travestis, bem como o perfil sociológico desse tipo de vítima, é bem diferente da que tende a atingir outros homens não-heterossexuais. Tomando como base a classificação de cor atribuída por policiais e médicos legistas, pode-se sugerir que entre as travestis vitimadas há predominância de negros e pardos, indicativo de seu pertencimento aos estratos mais pobres da sociedade brasileira, enquanto entre os gays, ou seja, homossexuais que não exibem tão claramente as marcas de sua “diferença”, predominam indivíduos classificados como brancos, com alta escolaridade e oriundos das camadas médias urbanas”.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), divulgou, em março de 2011, o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2010. Foram documentados 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil no ano passado, 62 a mais que em 2009 (198 mortes), um aumento 113% nos últimos cinco anos. Dentre os mortos, 140 gays (54%), 110 travestis (42%) e 10 lésbicas (4%). O Brasil confirma sua posição de campeão mundial de assassinatos de homossexuais: nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 14 assassinatos de travestis em 2010, enquanto no Brasil, foram 110 homicídios. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos³.

As formas como estas pessoas estão morrendo evidenciam a importância e a urgência da formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das discriminações e superação das desigualdades que as vitimizam.

³ Grupo Gay da Bahia, 4 de março de 2011 – www.ggb.org.br. Acessado em 12/12/2011.

Do tráfico transatlântico, ao tráfego pela cidade, muitos corpos negros têm sido violados e exterminados. O corpo negro foi o único instrumento de resistência trazido por negras e negros do continente africano. Ao longo dos tempos, ativistas de movimentos negros têm feito política também com o corpo, questionando os padrões de beleza através do cabelo, das formas e cores de suas roupas e de seus acessórios.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2008) mostra preconceito contra LGBT

Indagados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade da população (pesquisada) responde afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93% (para 73% muito, para 16% um pouco), contra transexuais 91% (respectivamente 71% e 17%), contra gays 92% (70% e 18%), contra lésbicas 92% (para 69% muito, para 20% um pouco) e, tão freqüente, mas um pouco menos intenso, 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais (para 64% muito, para 22% um pouco). Mas perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitem ter preconceito contra travestis (e só 12% muito), 28% contra transexuais (11% muito), 27% contra lésbicas e bissexuais (10% muito, para ambos) e 26% contra gays (9% muito)⁴.

Fonte: Fundação Perseu Abramo/Núcleo de Opinião Pública.

O corpo é também canal de resistência político-cultural na música, na dança, no teatro negro, nas incontáveis manifestações culturais de origem africana.

Com sua presença, negras e negros LGBT ousam transitar entre as identidades raciais e de gênero, entre as orientações sexuais e os determinismos corporais, possibilitando assim transformações culturais e impulsionando redefinições sociais e políticas.

“O corpo negro plural constrói e qualifica outros espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem. (...) procura e constrói lugares de referência transitórios ou duradouros. Lugares transitórios como os desfiles das escolas de samba e os bailes Black locais de reconhecimento, territórios de resistências” (Ratts, 2006).

Lutas LGBT no Brasil

O movimento homossexual brasileiro é um conjunto de manifestações sócio-político-culturais e organizações que atuam em favor do reconhecimento da diversidade sexual, e pela promoção dos direitos dos homossexuais diante da sociedade brasileira.

O movimento em si não tem uma data de início específica, mas as manifestações contra o preconceito que se exercia contra as pessoas homossexuais pode ser sentida da década de 40 para cá, com especial ênfase a partir da década de 70, depois da abertura política.

Uma das principais representações políticas de negras e negros LGBT no Brasil hoje é a Rede Afro LGBT. Trata-se de uma rede de ativistas cujo objetivo é fortalecer a cidadania e a auto-estima de negras e negros LGBT, lutando contra o racismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia, bem como todas as formas de discriminação, de opressão e de exclusão.



Políticas Públicas para LGBT

As complexas interações entre racismo e homofobia, racismo e lesbofobia, racismo e transfobia são produto da articulação de regimes de dominação sobre a sexualidade e o corpo que, ao longo da história, atravessam as relações de poder, criando e recriando hierarquias que se naturalizaram no interior de diversas instituições e que precisam ser desconstruídas através de ações sistemáticas, planejadas e monitoradas.

O reconhecimento legal e judicial de direitos LGBT no Brasil tem avançado desde o fim da ditadura militar em 1985. Se por um lado a homossexualidade não é considerada crime desde 1830, nas últimas décadas tem-se avançado na igualdade de direitos entre casais homossexuais e heterossexuais, além do combate à discriminação. Entre as principais reivindicações de direitos LGBT, pode-se citar o reconhecimento das uniões homossexuais, direitos previdenciários, combate à discriminação, adoção e reconhecimento jurídico da mudança de sexo. As decisões judiciais têm avançado bastante no reconhecimento de direitos, enquanto a legislação tem encontrado resistência para avançar.

Ações e Políticas desenvolvidas pela SEPPIR⁵

Inserção no currículo das academias de segurança pública a capacitação, formação inicial e continuada em direitos humanos e princípios internacionais de igualdade e não discriminação derivada de homofobia, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Situação: Em Execução

Em 2011, a SEPPIR-PR, em cooperação com o Departamento de Polícia Federal/MJ e com a Secretaria de Assuntos Legislativos/MJ, acordou a inclusão da temática do respeito a diversidade nos cursos de formação de profissionais de segurança privada e também no projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Segurança Privada, em tramitação.

Situação: Em Execução

Também na área de segurança pública, a SEPPIR participa ativamente de uma Comissão do Ministério da Justiça, instituída pela Portaria n.º 932, de 16 de maio de 2011, sobre formação de operadores do sistema de segurança pública e do sistema penitenciário, que tem como objetivo formular proposta de grade curricular para a formação dos policiais e agentes penitenciários, federais e estaduais, com vistas à qualificação do processo de formação desses profissionais, em especial, na defesa e promoção da igualdade racial, nas políticas LGBT e no enfrentamento à homofobia e ao racismo. Os resultados do trabalho dessa Comissão devem subsidiar o lançamento de uma nova matriz de formação de operadores de segurança pública, contemplando as políticas LGBT e de enfrentamento ao racismo e promoção de igualdade racial.

Situação: Em Execução

Promoção de cursos de formação profissional para servidores públicos, militantes de direitos humanos, LGBT, entre outros públicos, com o objetivo de garantir tratamento diferenciado e atendimento às especificidades da população LGBT.

Situação: Em Execução

⁵Fonte: SNDH (2011) Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.

Elaboração e execução do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. A iniciativa é de 2007, a partir de uma ação conjunta da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem / atual ONU Mulheres), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério da Educação (MEC). O público alvo são servidores dos três níveis da Administração Pública, integrantes de conselhos de direitos, gestores, professores, profissionais da educação e dirigentes de movimentos sociais. É desenvolvido através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado ao Ministério da Educação, e o objetivo é democratizar o acesso a informações sobre a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas com enfoque nas dimensões de gênero e étnico-racial e enfrentamento ao racismo institucional.

Situação: Em Execução

Elaboração e execução do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), cujo objetivo é a formação de professores e professoras nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. A finalidade é formar servidoras(es) das redes públicas de educação básica nos temas gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, visando oferecer elementos para refletirem criticamente sobre a prática pedagógica individual e coletiva e combaterem toda forma de discriminação no ambiente escolar. É uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o Conselho Britânico, o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), e Secretarias de Educação dos Estados e Municípios envolvidos.

Situação: Em Execução

Realização do Seminário e da Oficina Identificação e Abordagem do Racismo e do Sexismo Institucionais – 10 e 11 de maio de 2010, em Brasília. O objetivo foi apoiar gestores/as da Política de Igualdade Racial e da Política para as Mulheres, na identificação, abordagem e enfrentamento do racismo e do sexismo institucional. A promoção é da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para Mulheres em parceria com o Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a OIT – Organização Internacional do Trabalho, o UNFPA – Fundo de Populações das nações Unidas, o ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, e o UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).

Situação: Realizada

Regulamentação do art. 33 da LDB, no sentido de garantir que o ensino religioso, de caráter facultativo, contemple a multiplicidade de visões religiosas, a história das várias religiões e a natureza laica do Estado brasileiro.

Situação: Realizada

Elaboração do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro (PNCT) – 2009 - 2010. O objetivo é proteger a liberdade religiosa e promover políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das Comunidades Tradicionais de Terreiro. Resultou do diálogo entre o Governo Federal e a Sociedade Civil. Apoio a elaboração do Guia de Luta Contra a Intolerância Religiosa e o Racismo (2009) cujo objetivo é contribuir para educar e conscientizar a sociedade explicitando como as sutilezas da intolerância religiosa têm permeado as relações cotidianas de uma parcela expressiva da população. Resultou da parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR-PR), Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares, CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa – RJ. A SEPPPIR por intermédio de sua Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais apoiou em 2009 Caminhadas pela Vida e Liberdade Religiosa.

Situação: Realizada

Apoio à capacitação de lideranças do movimento de mulheres e feminista na promoção de políticas afirmativas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.

Situação: Em Execução

Apoio ao III Encontro Nacional do Coletivo de Lésbicas Negras e Bissexuais Feministas Autônomas – Candace.

Situação: Realizada

Apoio à promoção de seminários, oficinas e reuniões para a formação de agentes de políticas setoriais com ênfase na temática LGBT, em particular os efeitos da homofobia, transfobia e lesbofobia como geradores da invisibilidade social desse segmento.

Situação: Realizada

Apoio à participação de lideranças negras LGBT na 1ª Marcha Nacional Contra a Homofobia e no I Grito Nacional pela Cidadania LGBT e contra a Homofobia (atividades relativas ao Dia Internacional de Combate à Homofobia), maio de 2010, Brasília-DF.

Situação: Realizada

Participação no Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Ações de Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia, criado e coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM). O objetivo do GT foi elaborar propostas para a implementação de políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e de incorporação da perspectiva de raça, etnia e orientação sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres, contidas no Eixo 9 do II PNPM.

Situação: Em Execução

Bibliografia consultada

BOURDIEU, P.(2003) A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

CARRARA, S. e VIANNA, A. (2001) A Violência Letal contra Homossexuais no Município do Rio de Janeiro: Características gerais. pdf.

CARRARA, S. e VIANNA, A. (2006). "Tá lá o corpo estendido no chão...": a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006.

CURIEL, O. (2009) Entrevista Pensando o *lesbianismo (ismo de prática) feminista

CUT (2009) IGUALDADE: FAZ A DIFERENÇA! Políticas para a Igualdade Racial e Combate à Discriminação

ENJUNE. (2008) Relatório Final do Encontro Nacional de Juventude Negra: Novas perspectivas na militância étnico/racial - 27 a 29 de julho de 2007. Cláudio Thomas, Thais Zimbwe (Orgs) - Lauro de Freitas, BA.

MOORE, C. (2007) O racismo através da história: da antiguidade à modernidade.

PAIXÃO, M. e CARVANO, L., orgs. (2008) Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

RATTS, A. (2006) Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial.

SNDH (2011) Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

WAISELFISZ, J. (2011) Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, Ministério da Justiça.

Sites consultados

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

www.abglt.org.br

GGB – Grupo Gay da Bahia

www.ggb.org.br

Rede Afro LGBT

redeafrolgbt.blogspot.com

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

www.sedh.gov.br

Wikipedia

www.wikipedia.org





Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA